



Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Carlos José Rodrigues de Oliveira¹

Francisco Lindenberg de Oliveira Silva²

Lorena Nunes de Freitas³

Silvana Marta Lima⁴

A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS NA CIDADE DE RUSSAS – CEARÁ ENTRE OS ANOS DE 2010 -2014

Volume 1

Limoeiro do Norte – CE

2015

¹ Aluno do Curso de Especialização em Gestão Pública pela UNILAB – Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira. Email: carlosjose1723@hotmail.com

² Aluno do Curso de Especialização em Gestão Pública pela UNILAB – Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira. Email: oliveiraberg@live.com

³ Aluna do Curso de Especialização em Gestão Pública pela UNILAB – Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira. Email: lo.n.f@hotmail.com

⁴ Aluna do Curso de Especialização em Gestão Pública pela UNILAB – Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira. Email: bilzinhamae@hotmail.com

Carlos José Rodrigues de Oliveira
Francisco Lindenberg de Oliveira Silva
Lorena Nunes de Freitas
Silvana Marta Lima

Volume 1

**A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA
PÚBLICA NOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS E
INTENCIONAIS NA CIDADE DE RUSSAS –
CEARÁ ENTRE OS ANOS DE 2010 - 2014**

O Artigo Científico visar mostrar a atuação dos órgãos de Segurança Pública (Polícia Militar, Polícia Civil) do Poder Executivo e (Ministério Público e Juizado) do Poder Judiciário, nos Crimes Violentos Letais e Intencionais (homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte) ocorridos entre os anos de 2010 e 2014, na cidade de Russas – CE.

Prof. Dr. José Weyne de Freitas Sousa

Limoeiro do Norte – CE

2015

preenchimento posterior

Dedicatória

Em especial a Deus por ter nos proporcionado mais uma conquista na busca pelo conhecimento e aos familiares que contribuíram de forma fundamental na trajetória de nossas vidas. E aos professores e tutores da UNILAB que foram importantes nesse processo de ensino e aprendizagem. Enfim, a todos que contribuíram de uma forma direta ou indireta na elaboração desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em particular a UNILAB que proporcionou esse intercâmbio de conhecimentos e trocas de saberes e aprendizagens na formação e capacitação dos formandos, na nova modalidade de ensino EAD. Ao 1º BPM de Russas na pessoa do Comandante da Organização Policial Militar que facilitou o acesso aos arquivos com ética e respeito moral. A Delegacia Regional de Russas os nossos sinceros agradecimentos as informações cedidas pelo Escrivão e Diretor do Cartório do referido órgão que nos auxiliou na pesquisa, ao Fórum Moacir de Souza Rocha, da Comarca de Russas que também contribuiu com as informações para conclusão da pesquisa, na pessoa do Diretor da Secretária da 1ª Vara, que cedeu informações fundamentais para o êxito desse trabalho, ao Professor Dr. José Weyne de Freitas Sousa pelas orientações necessárias ao alcance do objetivo pretendido com o artigo.

“O que me preocupa não é o grito dos
maus. É o silêncio dos bons.”
(Martin Luther King Jr.)

RESUMO

O presente artigo científico tem o escopo de discorrer de forma clara e objetiva, a análise dos Crimes Violentos Letais e Intencionais : homicídios dolosos, latrocínios e lesões Corporais seguidas de mortes, ocorridos entre os anos de 2010 a 2014, em Russas, cidade do interior do Estado do Ceará, localizada a cerca de 165 quilômetros de Fortaleza e situada no Vale do Jaguaribe, que nesse período presenciou o aumento acentuado desses crimes, mudando o *status quo* de cidade pacata ou interiorana para cidade violenta. Cabe aqui citar que a cidade de Russas possui uma população aproximadamente de 72 mil habitantes, atraídos pelas ofertas de empregos que a cidade disponibiliza nas olarias, nas indústrias e no agronegócio. Apresenta uma linguagem descritiva com uma abordagem qualitativa e quantitativa dos crimes ocorridos na cidade de Russas-CE. Dessa forma vamos compreender o papel desempenhado pelos órgãos de Segurança Pública: Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário, nesses crimes citados acima, através das suas atribuições legais e específicas.

Palavras chave: Crimes Violentos; Russas; Segurança Pública; Ceará.

ABSTRAC

This Article Scientific has the scope to discuss in a clear and objective way, the analysis of Violent Crimes Lethal and Intentional: Unlawful killings, robberies and Body Injuries followed by deaths that occurred between the years 2010 to 2014, in Russas, inner city State of Ceará, located about 165 km from Fortaleza and located in Vale do Jaguaribe, that this period witnessed a sharp increase in these crimes, changing status quo or quiet country town for violent city. It is worth mentioning that the Russas city, has a population of about 72,000 inhabitants, attracted by offers of jobs that the city offers in brickyards, industries and agribusiness. Provides a descriptive language with a qualitative and quantitative approach to crimes that occurred in the city of Russas-CE. Thus we understand the role played by organs of public security: military police, civilian police, prosecution and judiciary, these crimes mentioned above, through its legal and specific duties.

Key words: Violent Crimes; Russas; Public Security; Ceará.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Imagem aérea da Sede de Russas	08
Figura 02	Sede do 1º BPM	14
Figura 03	Modelo de Relatório de Ocorrências do 1º BPM	16
Figura 04	Fachada de Delegacia Regional de Russas	31
Figura 05	Informações visualizadas no SIP	33
Figura 06	Informações 01 visualizadas no Site do TJ/CE	33
Figura 07	Informações 02 visualizadas no Site do TJ/CE	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	CVLI em Russas, de 2010 a 2014	09
Gráfico 02	CVLI por período do dia	21
Gráfico 03	Início da violência na relação	25
Gráfico 04	CVLI ao longo dos anos, entre 24-30 anos	27
Gráfico 05	CVLI ao longo dos anos, entre 30-36 anos	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	CVLI de 2007 a 2015, em Russas.	09
Tabela 02	Cidades Cearenses mais violentas em 2012, no Brasil	10
Tabela 03	As formas de agressões dos CVLI	17
Tabela 04	<i>“Modus Operandis”</i> dos CVLI	18
Tabela 05	CVLI por meses do ano, entre 2010-2014	19
Tabela 06	CVLI por dia da semana, entre 2010-2014	20
Tabela 07	Horário dos CVLI , entre 2010-2014	20
Tabela 08	CVLI por região do Município	21
Tabela 09	CVLI por bairros da Sede do Município	22
Tabela 10	CVLI por Distrito e localidade do Município	23
Tabela 11	Sexo das vítimas	24
Tabela 12	Naturalidade das Vítimas	25
Tabela 13	Faixa Etária das Vítimas	26
Tabela 14	Grau de Instrução das Vítimas	28
Tabela 15	Vítimas citadas como acusadas ou infratoras	28
Tabela 16	Profissão das Vítimas	29
Tabela 17	Situação dos Processos no TJ / CE	35

Carlos José Rodrigues de Oliveira
Francisco Lindenberg de Oliveira Silva
Lorena Nunes de Freitas
Silvana Marta Lima

**A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS CRIMES
VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS NA CIDADE DE RUSSAS – CEARÁ
ENTRE OS ANOS DE 2010 - 2014**

O Artigo científico visar mostrar a atuação dos órgãos de Segurança Pública (Polícia Militar, Polícia Civil, Poder Judiciário e Ministério Público), nos Crimes Violentos Letais e Intencionais (homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte) ocorridos entre os anos de 2010 e 2014, na cidade de Russas – CE.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nome
Instituição

Prof. Dr. Nome
Instituição

Prof. Dr. Nome
Instituição

Limoeiro do Norte - CE
2015

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	04
2. Russas, uma cidade pacata	08
3. O crescimento dos CVLI, através dos Órgãos de Segurança Pública	11
3.1. Polícia Militar do Ceará	12
3.1.1. Como ocorreram os CVLI	17
3.1.2. A análise temporal dos CVLI	19
3.1.3. Locais dos CVLI	21
3.1.4. O perfil das vítimas dos CVLI	24
3.2. Polícia Civil do Ceará	29
3.2.1. Polícia Judiciária	32
3.2.2. Polícia Investigativa	34
3.3. Os Órgãos do Poder Judiciário	36
3.3.1. Ministério Público	36
3.3.2. O Judiciário	36
4. A nova visão da Segurança Pública para Russas	37
5. CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
ANEXOS	43

1.INTRODUÇÃO

Considerando Sociedade, um conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos de poder diferenciado, que interagem continuamente a fim de satisfazer às suas necessidades, e que essa diferenciação entre os indivíduos, faz com que a vida em sociedade seja complexa e potencialmente envolva, ao mesmo tempo, múltiplas possibilidades de cooperação, competição e conflito, sendo que a administração desses conflitos, por sua vez, podem ser obtida por dois meios: a coerção e a políticas.

Dentro do processo de permanência do ser humano em sociedade, deste a família que é o berço da escolarização do homem e suas relações pessoais em seu ambiente social, que o homem tem se mostrado um ser competidor entre os demais, nessa corrida pela busca de poder, status e sobrevivência, muitos cometem crimes contra a vida humana, ferindo assim os direitos e deveres preestabelecidos na Carta Magna do Brasil, 1988. A violência e os crimes tem assustado a população da cidade de Russas, visto que os crimes estão espalhados por todo Brasil, no entanto a cidade russana considerada pacata e interiorana tornou-se a primeira na região do vale do Jaguaribe em número absolutos de mortes, deixando assim o povo temeroso pois não se sabe sobre autores ou motivações desses delitos e qual finalidade de tantos crimes violentos.

Destacamos que CVLI - Crimes Violentos Letais e Intencionais são os Homicídios dolosos, Latrocínios e Lesões Corporais seguidas de mortes, que afetam diretamente a integridade da pessoa humana. O aumento desses delitos são registrados nos órgãos que fazem parte da Segurança Pública, percebeu-se que quem comete os crimes usam várias peripécias para executá-los e não serem identificados. Os órgãos constituídos, Polícia Militar e Polícia Civil, pertencentes ao Poder Executivo, Ministério Público e Judiciário, pertencentes ao Poder Judiciário, dentro de suas atribuições e competências legais, tem procurado desenvolver seu papel no tocante a segurança pública na cidade, no entanto, a população tem contribuído muito pouco em auxiliar os órgãos na condução dos casos, muitos não dizem nada e assim os fatos vão ocorrendo e

a população ficar cada vez mais á mercês desses delitos. Para compreender essa problemática que o município vem passando com essa onda de crimes, subsidiaremos através de pesquisas bibliográficas realizadas nos órgãos dos Poderes Executivos e Judiciários da cidade, com preceitos metodológicos através da leitura em artigos acadêmicos e periódicos que contribuíram para a sistematização das informações apresentadas de forma clara; as entrevistas com profissionais dos órgãos citados subsidiaram os dados, e o conhecimento dos autores que tratam com transparência a questão dos crimes violentos ocorridos na sociedade brasileira, como: IVÊNIO HERMES, na obra *Do Homicídio ao CVLímetro*, 2014, ANDRÉIA PINTO e LUDMILA RIBEIRO, em *a Análise Criminal e o Planejamento Operacional*, 2008 e LAÉRCIO N. XAVIER, *Políticas Públicas de Segurança*, 2012, que apresentam uma linguagem descritiva com uma abordagem qualitativa e quantitativa dos crimes ocorridos na cidade de Russas-CE. De forma a compreender o papel desempenhado pelos órgãos de Segurança Pública: Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário, nesses crimes citados acima, através das suas atribuições legais e específicas. O que foi feito por cada uma delas, baseado nas pesquisas realizadas nos documentos produzidos pelas instituições que demonstram estatisticamente um aumento destes crimes, analisando os dados obtidos, com a devida cautela de preservar a imagem das vítimas e dos envolvidos nos crimes.

De acordo com HERMES (2014, pág. 17) “o Direito de ter uma vida preservada está vinculado à uma obrigação do Estado, que precisa suscitar meios para que esse direito seja amplamente respeitado, não adiantando fugir de sua responsabilidade pela ausência de uma diretriz. Sobre esse direito com bem social e de obrigatoriedade do Estado em sua ampla promoção, respeito e proteção”, ou seja, o Estado tem o dever da Segurança Pública e precisa gerar mecanismos institucionais para a proteção da vida.

Dentro da sistemática abordada é notório perceber que o autor chama atenção para o compromisso do Estado, em assumir de forma positiva as prerrogativas conforme a lei, onde intitula o Estado como provedor da Segurança Pública, como salientar o caput do Art. 144 da Constituição Federal de 1988.

Art. 144 – A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos. (Constituição Federal 1988).

A tendência recente na organização de dados policiais tem sido a de incorporar a dimensão espacial tanto para explicação como para o planejamento de ações e estratégias de controle, como salienta PINTO e RIBEIRO (2008, pág. 84), mostrando que a nova maneira de se trabalhar dos órgãos de segurança pública e organizando as informações produzidas, sendo analisado os dados obtidos, podem ser produzidos planejamentos de ações e prevenções para instituições que lidam com as problemáticas da Segurança, bem como subsídios a elaboração de Políticas Públicas, junto com outros órgãos governamentais e a Sociedade civil organizada.

Segundo os pressupostos teóricos de XAVIER (2014, pág. 21), a nova concepção de Segurança Pública busca conhecer a realidade social, econômica, urbana, ambiental e políticas das comunidades municipais para que seja possível conceber uma articulação intersetorial de políticas sociais a serem implementadas numa parceria entre os governos estadual, federal e municipal e a sociedade civil. Principalmente na esfera municipal, uma vez que tais entes praticamente não atuam na Segurança Pública, mas são responsáveis, conforme a Constituição Federal de 1988 e suas leis orgânicas, pela execução de diferentes políticas públicas voltadas para prevenir os conflitos sociais e interpessoais que ocasionam situações de mal-estar nos territórios de sua jurisdição.

Conforme o autor em linhas gerais deixa claro qual é a funcionalidade do Estado e o papel da sociedade diante dos acontecimentos pois a mesma é a mais beneficiada com a execução dessas propostas. Nesse âmbito é perceptível que todos contribuam para a elucidação e prevenção desses crimes que estão afetando diretamente as pessoas, independentemente de cor, credo ou condição social. Para que a democracia seja efetivada num país tão cheio de contraste e abismo entre as classes sociais é preciso que cada um faça sua parte, assumindo seus direitos e deveres que competem a cada cidadão, através da conscientização das pessoas para o desempenho da cidadania participativa.

O grande desafio vivenciado na atualidade na cidade de Russas é a elucidação de fato dos crimes ocorridos, e os culpados ou mandantes pagando pela infração cometida, de fato também é necessário uma maior integração entre os órgãos, para que se cumpra o devido processo legal, e os infratores não venham a reincidir nos crimes praticados, prevenindo a ocorrência de outros delitos que venham pôr em risco segurança pessoal do indivíduo. Nessa dimensão a integração da informação e a comunicação clara dos órgãos de segurança pública e a sociedade civil organizada do município, devem fazer um trabalho participativo traçando um objetivo comum para elucidação e prevenção dos crimes, assim essa junção pode contribuir de forma eficaz para a Segurança Pública.

Diante das discussões estabelecidas fica claro que essa situação só terá uma solução mais efetiva no decorrer do tempo, como medidas a curto, a médio e a longo prazo, com uma maior interação especializadas dos órgãos com a sociedade em pro de um bem comum, com um sistema de informatização eficiente, segura e confiável que propicie a solução dos casos e o desenvolvimento de políticas públicas sócio educativas, que venham contribuir como mecanismo para a redução dos CVLI, e junto com outros órgãos e cidadãos comprometidos com a causa, objetivem a redução e a prevenção desses delitos, sanando a sociedade dos males e consequências causados por esses crimes.

2. Russas⁵ uma cidade pacata.

FIGURA 01: Imagem aérea da Sede de Russas.



FOTO: Vista panorâmica do centro da cidade de Russas, Avenida Dom Lino, site: em <http://russas.ce.gov.br/sobre-russas/> (Em 18/10/2015).

Russas é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na região do baixo Jaguaribe. Situa-se a 165 Km da capital Fortaleza, tendo como principal acesso a BR 116. A cidade constitui um dos mais importantes centros populacionais e econômicos do Vale do Jaguaribe. É conhecida como a “Capital do Vale do Jaguaribe”, “Terra da Laranja Doce”, “Terra das Telhas Vermelhas” e “Terra de Dom Lino⁶”, este devido a cultura religiosa da cidade.

Os primeiros colonizadores chegaram no local onde hoje é a cidade por volta de 1690, onde já havia povos indígenas povoando o lugar, onde foi necessário a construção de um Forte no ano de 1665, se desenvolveu ao longo do tempo até ser transformada em Vila em 06 de agosto de 1801.

Segundo estimativa do IBGE em 2012, o município possuía uma população de 71.723 habitantes, sendo a maioria vivendo na zona urbana. Sua área territorial 1.591.281 Km², dividida em seis distritos: Russas(sede), Bonhu, Flores, São João de Deus, Lagoa Grande e Peixe, bem como dezena de

⁵ <http://russas.ce.gov.br/> (Em 18/10/2015)

⁶ LIMA, Adriana Ribeiro; JÚNIOR, Hilder Albuquerque; SILVA, Lúcia Maria. **Viagem ao Nosso Interior: imagens e culturas de Russas – CE**. Fortaleza: Gráfica e Editora Pouchain Ramos. 1ª Edição, 2014. Pág. 35

localidades na zona rural. Faz limites com as seguintes cidades: Beberibe, Quixeré, Jaguaruana, Palhano, Morada Nova e Limoeiro do Norte.

Nos dias de hoje a economia russana é baseada no comércio, prestação de serviços, agronegócio, indústrias (calçadista, cerâmicas, peças automotivas, etc.).

O desenvolvimento da cidade também trouxe o aumento dos Crimes Violentos Letais e Intencionais – CVLI, conforme a TABELA 01, o número desses delitos vem numa crescente deste do ano de 2007, chegando a aumenta 125%, do ano de 2007 para 2008, e 96,55% de 2012 para 2013.

TABELA 01: CVLI entre os anos de 2007-2015, em Russas.

ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de CVLI	4	9	12	13	21	29	57	66	48*

FONTE: Relatórios do 1º BPM

NOTA: *Dados parciais coletados até o dia 14/11/2015, nos relatórios do 1º BPM.

No quinquênio do GRÁFICO 01, período analisado na pesquisa foi o que mais a apavorou a população, pois até então a cidade tinha de *status quo* de cidade pacata ou interiorana e passou a ser vista como cidade violenta, pois ultrapassou a média mensal de mais de 1(um) crime por mês, nos anos de 2010, 2011 e 2012, para uma média semanal de mais 1(um) por semana, nos anos de 2013 e 2014.

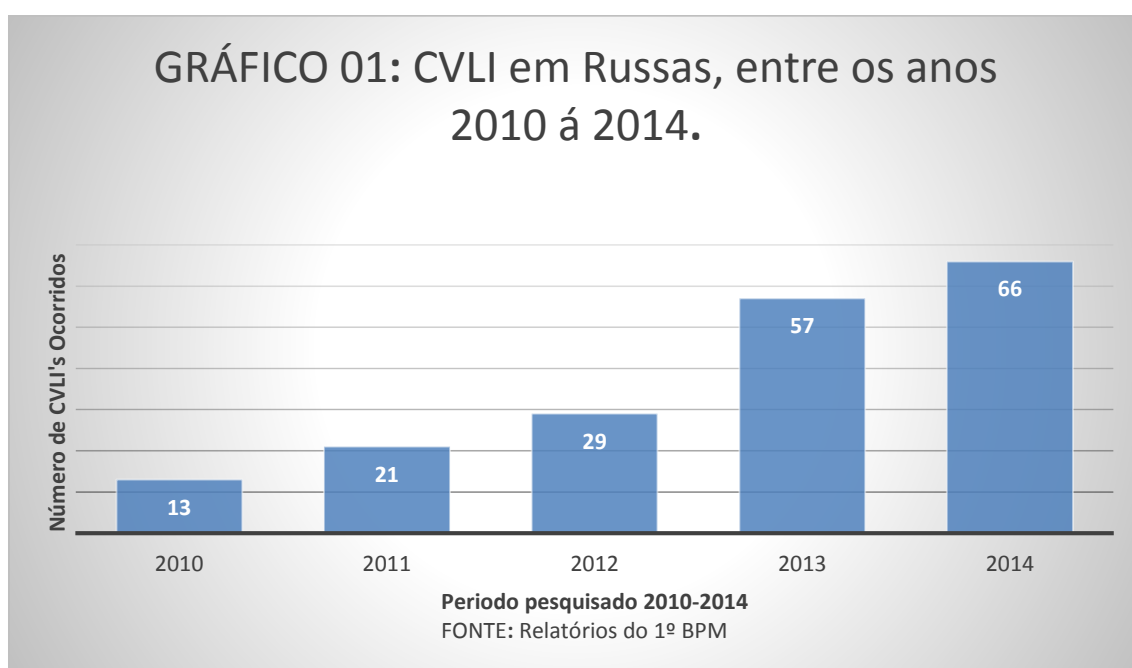


TABELA 02: Cidades cearenses que estão entre as mais violentas em 2012 no Brasil. (Adaptada)

Ranking no Ceará	Cidade do Ceará	População	Homicídios (2012)	Taxa (por 100 mil hab.)	Ranking no Brasil
1º	Eusébio	47.993	43	89,6	36º
2º	Itaitinga	36.814	32	86,9	39º
3º	Barbalha	56.576	44	77,8	56º
4º	Fortaleza	2.500.194	1920	76,8	60º
5º	Tabuleiro do Norte	29.522	22	74,5	66º
6º	Aquiraz	74.465	54	72,5	73º
7º	Horizonte	58.418	42	71,9	77º
8º	Jaguaribara	10.652	7	65,7	112º
9º	Quixeré	20.810	13	62,5	132º
10º	Senador Pompeu	26.382	16	60,6	155º
11º	Maracanaú	213.404	126	59,0	173º
12º	Pacajus	64.521	37	57,3	182º
13º	Juazeiro do Norte	255.648	143	55,9	203º
14º	Boa Viagem	52.829	29	54,9	211º
15º	Alto Santo	16.505	9	54,5	213º
16º	Baturité	33.863	18	53,2	230º
17º	Caucaia	336.091	174	51,8	252º
18º	Banabuiú	17.488	9	51,5	258º
19º	Pentecoste	35.823	18	50,2	271º
20º	Itapagé	49.130	24	48,8	286º
21º	Caridade	20.687	10	48,3	297º
22º	Limoeiro do Norte	56.255	27	48,0	301º
23º	Quixadá	82.258	39	47,4	313º
24º	Sobral	193.134	87	45,0	353º
25º	Acarape	15.673	7	44,7	360º
26º	Cascavel	67.503	30	44,4	364º
27º	Morada Nova	61.713	27	43,8	382º
28º	Jaguaribe	34.317	15	43,7	383º
29º	Iracema	13.808	6	43,5	387º
30º	Russas	71.723	31	43,2	389º
31º	Chorozinho	18.947	8	42,2	407º
32º	Caririaçu	26.471	11	41,6	422º
33º	Nova Olinda	14.586	6	41,1	431º
34º	Brejo Santo	46.207	18	39,9	477º
35º	Acopiara	51.768	20	38,6	482º
36º	Miraíma	13.009	5	38,4	486º
37º	Crato	123.963	47	37,9	499º

FONTE: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as500cidadesmaisviolentasdobrasilversao2014>
(em 19/11/2015)

Em 2012 inclusive o município passou a figurar no rankings das 500 cidades mais violentas do Brasil, ocupando a posição 389º conforme a revista Exame⁷, com uma taxa anual de 43,2 homicídios por 100.000 habitantes, ultrapassando em muito a média Nacional do ano, que foi de 29 casos/100 mil habitantes. Mesmo assim, ficou atrás de várias cidades da região do Vale do Jaguaribe e ocupou a 30º posição entre as cidades mais violentas do Ceará, conforme a TABELA 02, porém em número de homicídios absolutos (31) é a 1ª da região, em relação as mesmas cidades, como: Tabuleiro do Norte, Jaguaribara, Quixeré, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Jaguaribe e Iracema.

É interessante observar que na TABELA 01 e no GRÁFICO 01 se falam em CVLI que engloba: Homicídios qualificados, Latrocínios e Lesão Corporal seguida de morte, e o TABELA 02, fala-se de Homicídios que podem ser Simples⁸, Qualificados⁹ ou Culposos¹⁰, bem como também as fontes são diferentes, o que explica a diferença dos dados nas tabelas e gráfico.

3.O crescimento dos CVLI através dos órgãos de Segurança Pública

A participação do Órgãos de Segurança Pública começam a funcionar nos CVLI quando há conhecimento de um fato criminoso. Esse conhecimento pode ocorrer com a Polícia Militar durante o policiamento ostensivo ou através do atendimento das chamadas telefônicas de emergência ou com o registro da ocorrência na Polícia Civil sendo relevante destacar que quando o conhecimento ocorrer com a Polícia Militar, esta deve comunicar o fato à Polícia Civil por ser esta a responsável pela investigação.

Na atividade de investigação, a Polícia Civil busca indícios e evidências da materialidade do crime e da autoria e todo o trabalho é consubstanciado num documento denominado Inquérito Policial que, quando concluído, é remetido ao Judiciário, através do Ministério Público. Este, por sua vez, entendendo estar

⁷ <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as500cidadesmaisviolentasdobrasilversao2014> (em 19/11/2015)

⁸ § 1.º do Art. 121 do Código Penal Brasileiro.

⁹ § 2.º do Art. 121 do Código Penal Brasileiro.

¹⁰ § 3.º do Art. 121 do Código Penal Brasileiro.

caracterizada a materialidade e autoria do crime, apresentará Denúncia contra o autor do crime.

Ocorrendo o recebimento da Denúncia por parte do Juiz, tem início a fase processual propriamente dita, que será concluída com sentença transitada em julgado, ou seja, após analisados todos os recursos interpostos. Ocorrendo condenação do autor do crime em pena privativa de liberdade, será ele encaminhado à unidade prisional.

Cada órgãos de Segurança Pública tem o seu papel a desempenha quando acontece um CVLI, especificado pela Constituição Federal, que tanto ocorre de maneira isolada por cada instituição, como coletivamente seguindo um encadeamento que deve ser bem realizado para sutir o efeito desejado e idealizado pela lei.

Há de ressaltar que os órgãos que foram pesquisados são de Poderes diferentes, pois Polícia Militar e Polícia Civil são gerenciados pelo Poder Executivo, já o Ministério Público e a Vara Criminal pertencem ao Poder Judiciário, onde se poderá observar não só uma relação entre órgãos mais uma relação entre poderes.

3.1. Polícia Militar do Ceará¹¹

Segundo a Constituição Federal de 1988, a Policia Militar é um dos órgãos do Estado responsável pela Segurança Pública que tem o dever de exercer a “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”¹². As atribuições da PM frente aos vários órgãos da Segurança Pública é “cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública..”¹³, ou seja a Polícia Ostensiva que é a polícia fardada expostas para dá segurança aos cidadãos e a preservação da ordem pública que ‘é a situação e o estado de legalidade normal, em que as autoridades exercem suas precípuas atribuições e os cidadãos as respeitam e acatam’¹⁴. Porém o não acatamento ou respeito as leis podem fazer os operadores de Segurança Pública ou qualquer do povo, agirem para o reestabelecimento da ordem.

¹¹ <http://www.pm.ce.gov.br/index.php/institucional/historico> (Em 02/11/2015)

¹² Caput do Art. 144 da Constituição Federal de 1988.

¹³ Inciso V do Art. 144 da Constituição Federal de 1988.

¹⁴ FURTADO, Paulo. *Lei da Arbitragem Comentada*. São Paulo: Saraiva, 1997.

A Polícia Militar do Ceará surgiu em maio de 1835, quando o Presidente (Governador), da Província do Ceará, padre, senador vitalício e orador sacro, José Martiniano de Alencar¹⁵, preocupado com a segurança e o bem estar dos habitantes da Província do Ceará, assinou a Resolução Provincial nº 13, criando a Força Pública do Ceará, embrião da nossa valorosa Polícia Militar do Ceará.

A partir de 4 de janeiro de 1947 passou então à denominação que tem até os dias atuais a partir da entrada em vigor da constituição de 1946. A Polícia Militar do Ceará (PMCE) tem por missão constitucional o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Seu primeiro Comandante foi o Tenente do Exército Brasileiro Tomaz Lourenço da Silva Castro, que comandou de 24/05/1835 a 19/01/1839.

Com um passado de bases sólidas, a Polícia Militar tem na sintonia com o presente e com o futuro, um de seus grandes méritos. Ao longo de sua existência, a PM cearense trocou quatorze vezes de nome, mas nunca de ideal, que é a procura da Preservação da Ordem, da Tranquilidade das Famílias e da Segurança dos cidadãos.

Recentemente a Polícia Militar do Ceará está procurando mudar seu modelo de Policiamento, deixando de ser Tradicional, que é pouco eficiente, por ser reativo, na maioria da vez, age quando o delito já ocorreu, diminuindo a credibilidade das instituições que formam o Sistema de Segurança Pública e dos profissionais que atuam nesses órgãos, como fala ROLIM (2006, pág. 37), os esforços policiais, mesmo quando desenvolvidos em sua intensidade máxima, costumam redundar em lugar nenhum, e o cotidiano de uma intervenção que se faz presente apenas e tão-somente quando o crime já ocorreu parece oferecer aos policiais uma sensação sempre renovada de imobilidade. Corre-se, assim, para se permanecer aonde está, diante das mesmas perplexidades e temores. Para o Policiamento Comunitário, que é definido por TROJANOWICZ e BUCQUEROUX (1994, pág. 4) como uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime,

¹⁵ José Martiniano de Alencar (nasceu em 1794 em Missão Velha-CE e morreu em 15/03/1860, no Rio de Janeiro-RJ, na sua primeira gestão como Presidente da Província do Ceará, entre 1834-1837, assinou a Resolução Provincial nº 13, criando uma força hoje chamada Polícia Militar.

drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

O Quartel do 1º Batalhão Policial Militar ou 1º BPM (FIGURA 02), localizado na cidade de Russas, conhecido como o "Guardião do Vale", em consideração aos relevantes serviços prestados na região do Vale do Jaguaribe na prevenção e no combate à violência, foi inaugurado em 10 de janeiro de 1937, pelo Governador do Estado do Ceará, Dr. Francisco Menezes Pimentel, e o Chefe de Polícia da época, Tenente-Coronel do Exército Brasileiro Manoel Cordeiro Neto e a cidade tinha como Prefeito o Sr. Vicente Veloso, hoje o Quartel do 1º BPM ou Batalhão General Manoel Cordeiro Neto, em justa homenagem ao seu idealizador e fundador. Atualmente prestar Segurança Pública em 19(dezenove) municípios do Estado do Ceará, todos situados no Vale do Jaguaribe e em diferentes relevos, já que inclui planaltos e planícies, ou seja, localidades serranas, sertanejas e praianas, porém anteriormente, já foi responsável pela promoção da segurança de 37(trinta e sete) municípios do interior cearense¹⁶.

FIGURA 02: Sede do 1º BPM.



FONTE: Cortesia da Equipe.

No Quartel 1º BPM, funcionam duas Companhias (CIA) que são responsáveis pelo policiamento da cidade, a 1ª CIA do 1º BPM e 2ª CIA do 3º

¹⁶ Assessoria de Comunicação do 1º BPM.

BPCom (Batalhão de Polícia Comunitária) que juntas disponibilizam vários policiais num adequado quadro de serviço (escala), em determinados postos de trabalho, possam desempenhar o seu papel na Segurança Pública da cidade.

O principal trabalho da Polícia Militar (PM) para preservar a 'ordem pública' contra os delitos CVLI é a realização das seguintes ações: abordagem a indivíduos ou veículos suspeitos visando a prevenção e as realizações de prisões e apreensões de comportamentos ilegais. No geral, a PM é orientada a realizar serviços de prevenções como abordagens a pessoas em fundada suspeita, que tenham passagem pela Polícia, porém o serviço preventivo em abordagens muitas vezes não é realizado devido o grande volume de ocorrências de pequeno porte que são atendidas e devido ao pequeno efetivo da PM que deve priorizar as ocorrências onde já há conflitos.

Os CVLI na maioria das vezes são praticados de maneira premeditada, onde os delinquentes procuram não serem detectados, e evitam um confronto direto com o policiamento ostensivo..

Quando ocorre um dos delitos do CVLI, a Polícia Militar é a primeira instituição a ser acionada, ligações sucessivas dando informação da ocorrência desses delitos, conseqüentemente também é a primeira a chegar no local do delito, chegando no local há dois tipos de procedimentos:

I – No caso de NÃO se verificar óbito(s) no local, através da análise dos sinais vitais da(s) vítima(s), providencia-se o socorro a(s) mesma(s), ou avaliando a gravidade da situação, faz-se o próprio socorro mesmo não tendo as condições e equipamentos necessários para tal; e

II – No caso de se verificar óbito(s) no local, providencia-se o isolamento do local do crime e aciona-se a Perícia Forense e a Autoridade Policial(Delegado).

Em ambos os casos, paralelo aos procedimentos acima, outra(s) viatura(s) da Polícia Militar irão fazer diligências no intuito de identificar e prender o(s) suspeito(s). As características serão divulgadas nos canais de rádio com frequências reservadas às Polícias, onde todos os operadores de Segurança Pública deverão abordar indivíduos com as mesmas características.

Durante os momentos que sucedem o delito o Oficial ou Fiscal de Policiamento¹⁷ e o Operador de Comunicação¹⁸ da PM coordenam e são informados dos deslocamentos das viaturas, sendo que o Operador de comunicação começa a colher os dados sobre a ocorrência para divulgar ao companheiros que estão nas diligências e paralelo a isso é confeccionado um relatório sobre a ocorrência, chamado habitualmente de 'Radiograma', e o conjunto diário desses Radiogramas é que geram o 'Relatório de ocorrências policiais e de trânsito do 1º BPM'(FIGURA 03), partes desses relatórios são veiculados diariamente nas Rádios (Progresso AM, Vale AM, Educadora AM, Araibu FM, Somzoom Sat FM da região, entre outras), e nos Sites: (www.tvrussas.com.br, www.russasnews.com.br, www.tvjaquar.com.br, entre outros) e Blogs de notícias (www.erivandolimareporter.blogspot.com, www.limoeiropolicial.blogspot.com, entre outros), que são da cidade e da região.

Os Relatórios serão as primeiras fontes utilizadas na pesquisa, para não citar os envolvidos nas ocorrências, os dados coletados serão dispostos de maneira quantitativas e prática para facilitar as análises, em tabelas e gráficos.

FIGURA 03: Modelo de Relatório de ocorrência policiais e de trânsito do 1º BPM

VISTO

EM ____/____/20aa.

FISCAL DE DIA AO BTL.

(Graduação e Nome)

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR

1º BATALHÃO POLICIAL MILITAR

ATENÇÃO! Senhores Comunicadores da imprensa escrita, radiofônica e televisiva, o Comando do 1ºBPM, sediado em Russas-CE, **não autoriza** a veiculação de imagens e nomes de pessoas envolvidas em ocorrências policiais, portanto, é de inteira responsabilidade dos órgãos que utilizam de informações policiais oriundas desta OPM a preservação das imagens e dos nomes das pessoas citadas em relatórios de ocorrências policiais, bem como os nomes dos policiais militares envolvidos nas ações.

RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS E DE TRÂNSITO N° X/Ano – VERIFICADAS NA ÁREA DO 1º BPM, DO DIA X PARA Z/mm/aa.

OPM	LOCAL	NATUREZA	OCORRENCIA
1º/1º	Cidade onde aconteceu a ocorrência	Tipo de ocorrência que aconteceu	Narrativa de como aconteceu a ocorrência e a ação dos Policiais Militares que atenderam, com o máximo de dados possíveis sobre o fato: data, local e horário, e dos envolvidos, tipo: nome completo, data de nascimento ou idade, filiação, endereço, etc.
2º/1º	Ex: Aracati	Ex: Posse de drogas	Dia 30/02/20aa – Por volta das 17h00, na Barraca do J, localizada na Praia de S, na cidade de Aracati-CE, foi abordado o indivíduo Fulano de Tal , X anos, solteiro, filho de Maria de Tal e Chico de Tal , o qual reside na rua das dunas , s/nº, na referida cidade, o qual estava de posse de um dólar de maconha, pesando 3 gramas. Os PM's: 1 e 2 , da viatura 5, conduziram o indivíduo para Delegacia local para os devidos procedimentos.

Legenda: As letras e palavras em destaque com a cor da fonte **vermelha** representam dados fictícios e os de fonte azul as explicações de como são preenchidos os campos da tabela.

Quartel do 1º BPM, Russas – CE, Z de mm de 20aa.

Responsável pelo relatório – Graduação e Nome
Op. de Comunicações do 1º BPM.
Mat: ccc.ccc-c-c

FONTE: Adaptação da equipe.

¹⁷ Responsáveis pela coordenação de todo o policiamento de serviço diário na cidade.

¹⁸ Atende as ligações do 190 e confecciona os relatórios do 1º BPM.

Através dos dados fornecidos pelos relatórios do 1º BPM, observa-se o crescimento dos CVLI, como já vistos na TABELA 01 e GRÁFICO 01, mas também há como analisar outras informações tipo: como ocorreram os delitos, análise temporal dos crimes, locais dos fatos e perfil das vítimas.

3.1.1. Como ocorreram os CVLI.

TABELA 03: As formas de agressões dos CVLI.

ANO	À bala	À faca	Outros*	Geral
2010	10	2	1	13
2011	13	5	3	21
2012	26	1	2	29
2013	52	2	3	57
2014	63	1	2	66
TOTAL	164	11	10	186

FONTE: Relatórios do 1º BPM.

NOTA: * São CVLI praticado de outras maneiras: á paulada, á machadada, por afogamento ou não se sabe definir.

As formas de agressão são as maneiras como as vítimas são lesionadas ou que tipo de objetos provocaram o óbito.

Analisando os dados da TABELA 03, se observa que os CVLI causados por lesões à bala aumentaram ao longo dos anos pesquisados, chegando a aumentar 100% de um ano para o outro, entre 2011 e 2013, com está destacado na tabela, o que pode significar o aumento de armas de fogo na cidade, sendo utilizadas também em outros delitos, aumentando a sensação de insegurança da população que fica vulnerável podendo se tornar vítima de vários outros delitos, como assaltos a mão armada, onde vítimas narraram que o acusado apenas fizeram a sugestão¹⁹, ou seja, não mostraram a arma, bem como lesões e homicídios por balas perdidas.

A TABELA 04 mostra como os CVLI foram praticados, o *Modus Operandi* da locomoção dos agressores nas execuções dos delitos.

Observa-se em destaque na Tabela que a maioria dos crimes sempre ocorre quando '02 indivíduos estão em uma moto', aumentando mais de 100%, de um ano para o outro, entre 2010 e 2013, que cerca de 51,07% das vítimas, ou seja, 95 das vítimas foram executadas por pessoas que agiram dessa forma.

¹⁹ Significa nos crimes um 'faz de conta' que intimida a vítima, em alguns delitos de roubo as vítimas informaram que não viram nenhuma arma de fogo apenas o(s) acusado(s) colocando a mão por baixo da blusa.

Isso gera uma total intranquilidade na população, haja vista, haver uma fiscalização mais atuante do DEMUTRAN – Departamento Municipal de Trânsito da cidade com relação a obrigatoriedade do uso de capacetes, o que ajuda a dificultar a identificação do(s) criminoso(s), dessa maneira quando a população visualiza duas pessoas transitando numa moto e não as reconhece, já passam a ficar tensos pensando que vai acontecer algum delito. Parte da população defende a não obrigatoriedade do uso do capacete como sendo uma das formas de amenizar ou evitar os casos, porém esse *modus operandi* geralmente ocorrem nos crimes de execução onde os executores sempre surpreendem as vítimas, impossibilitando qualquer forma de defesa por parte das mesmas, ainda levam vantagem na fuga pois as motos além de serem rápidas, transitam em locais inacessíveis á automóveis, são fáceis de serem escondidas e difíceis de serem identificadas devido a quantidade desses veículos que transitam pela cidade.

TABELA 04: “*Modus operandi*”²⁰ dos CVLI.

<i>Modus Operandi</i>	2010	2011	2012	2013	2014	GERAL
02 indivíduos em uma motocicleta	03	07*	15	34	33**	92
01 indivíduo a pé	05	05	04	06	05	25
01 indivíduo em um veículo (Carro ou Moto)	01	01	03	01	02	08
02 ou mais indivíduos a pé	-	04	02	03	04	13
02 ou mais indivíduos em mais de 01 veículo	02	-	02	03	05***	12
Não deram informações de suspeito(s) no local	01****	03	03	10	13	30
Número de vítimas	13	21	29	57	66	186

FONTE: Relatórios do 1º BPM.

NOTA:* 01 duplo homicídio, ** 02 duplos homicídios, *** 01 triplo homicídio e **** 01 duplo homicídio

Outro fato destacável na tabela é número total de casos no período onde ‘não deram informações de suspeito(s) no local’ é de cerca de 30, num percentual de 16,13% dos casos que se tornam ainda mais difíceis de serem elucidados.

²⁰ *Modus Operandi* é uma expressão do latim que significa “modo de operação”. Utilizada para designar uma maneira de agir, operar e executar uma atividade seguindo sempre os mesmos procedimentos. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Modus_operandi) em 01/11/2015.

3.1.2. Análise temporal dos CVLI.

Os relatórios analisados podem mostrar quando ocorreu os crimes das seguintes maneiras, o número de CVLI por meses de cada ano, conforme a TABELA 05, se observar que o mês mais violento do período pesquisado é o Julho de 2014, onde foram registrados 14 delitos (em destaque na tabela abaixo) o que dá uma média de quase uma morte a cada 2 dias (0,9 CVLI por 2 dias), o que gera um desconforto muito grande na população, pode ser registrado também que dos 60 meses pesquisados em apenas 6 não houveram crimes (em destaque na tabela abaixo).

Sendo preocupante, o fato de que nos dois últimos anos analisados (2013-2014) sempre foram registrados delitos em todos os meses do ano.

TABELA 05: Número de CVLI por meses do ano, entre 2010-2014.

MESES DO ANO	2010	2011	2012	2013	2014	Total por meses
Janeiro	1	1	1	8	7	18
Fevereiro	1	1	2	4	4	12
Março	1	3	4	2	3	13
Abril	4	1	3	3	3	14
Maio	0	2	3	2	5	12
Junho	1	3	0	6	10	20
Julho	2	3	1	6	14	26
Agosto	0	0	0	4	4	8
Setembro	1	1	4	5	1	12
Outubro	1	3	5	7	6	22
Novembro	1	1	3	5	3	13
Dezembro	0	2	3	5	6	16
TOTAL	13	21	29	57	66	186

FONTE: Relatórios do 1º BPM.

Os dias da semana em que foram registrados os delitos, conforme a TABELA 06, pode se visualizar os dias da semanas em que mais ocorreram os crimes com destaque para os dias de Domingo, onde ocorreram 35 CVLI, seguido dos dias de Sábado com 30, juntando os dois dias, conhecidos como final de semana, percebemos que praticamente mais de 1/3 (um terço) dos delitos ocorreram no final de semana, ou seja, 34,7% dos casos, o que significa dizer que de cada 3 (três) delitos, 1 (um) ocorreu no final de semana.

TABELA 06: Número de CVLI por dia da semana, entre 2010-2014.

DIAS DA SEMANA	2010	2011	2012	2013	2014	Total por dia
Domingo	3	2	9	5	16	35
Segunda-feira	1	1	5	13	6	26
Terça -feira	1	2	5	10	10	28
Quarta-feira	1	3	1	11	9	25
Quinta-feira	0	4	3	5	10	22
Sexta-feira	2	4	2	5	7	20
Sábado	5	5	4	8	8	30
Total por ano	13	21	29	57	66	186

FONTE: Relatórios do 1º BPM.

TABELA 07: O horário dos CVLI.

PERIODO DO DIA	HORÁRIO	Nº DE CVLI	TOTAL NO PERIODO
MANHÃ	06h – 06h59	06	24
	07h – 07h59	03	
	08h – 08h59	03	
	09h – 09h59	04	
	10h – 10h59	03	
	11h – 11h59	05	
TARDE	12h – 12h59	03	44
	13h – 13h59	10	
	14h – 14h59	07	
	15h – 15h59	08	
	16h – 16h59	05	
	17h – 17h59	11	
NOITE	18h – 18h59	23	94
	19h – 19h59	25	
	20h – 20h59	20	
	21h – 21h59	15	
	22h – 22h59	05	
	23h – 23h59	06	
MADRUGADA	00h – 00h59	05	18
	01h – 01h59	02	
	02h – 02h59	03	
	03h – 03h59	-	
	04h – 04h59	04	
	05h – 05h59	04	

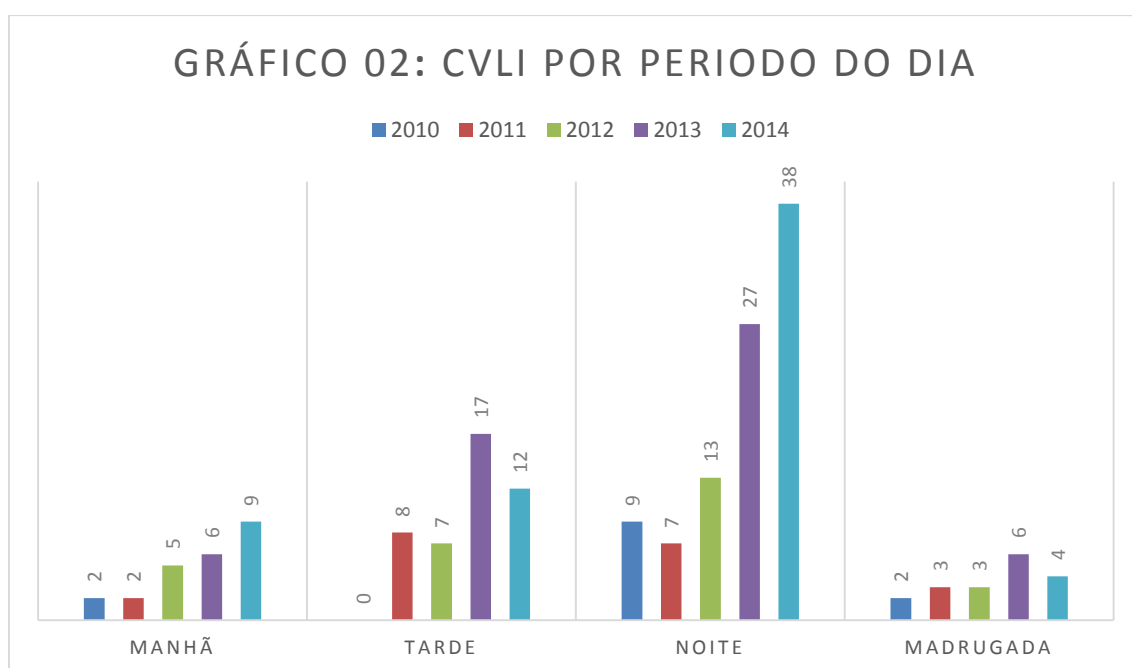
FONTE: Relatórios do 1º BPM.

NOTA: Há 06(seis) casos que não tem como se estipular o horário, sendo o Total 180.

Os horários que ocorreram os delitos foram colocados na TABELA 07, destaca-se o período da noite como mais violento, onde ocorreu cerca de mais de 50% dos casos, o horário em que mais aconteceu os CVLI, foi entre 19h00 e 19h59, sendo que as primeiras 03 (três) horas da noite, entre 18h00 e 20h59, foi

onde aconteceram a maioria dos delitos, 68 no total, cerca de **36,56%** dos casos totais analisado (todas as informações destacadas na tabela abaixo).

Os mesmos dados dispostos no GRÁFICO 02, pode se visualizar que o Período da Noite foi onde mais se registrou os delitos, 94 no total, **50,54%** dos casos, ou seja, mais da metade dos crimes, ocorreram entre 18h00 e 23h59min, com exceção ao ano de 2011, nos demais anos pesquisados sempre a maioria dos crimes aconteceram nesse período. E ainda, mais de 60% (mais precisamente 60,21% do total geral) dos delitos ocorreram no período noturno (noite e madrugada).



FONTE: Relatórios do 1º BPM.

NOTA: Há 06(seis) casos que não tem como se estipular o horário, sendo o Total 180.

3.1.3. Locais dos CVLI.

TABELA 08: Número de CVLI por região do Município.

ANO	SEDE E BAIRROS	DISTRITOS E LOCALIDADES	TOTAL
2010	7	6	13
2011	9	12	21
2012	21	8	29
2013	39	18	57
2014	37	29	66
TOTAL	113 (61%)	73 (39%)	186

FONTE: Relatórios do 1º BPM.

Dividindo o município em duas grandes regiões como: 1 – Sede e Bairros (Zona Urbana) e 2 – Distritos e localidades (Zona Rural) se observa que **61%** dos delitos, ocorreram na Zona Urbana, interessante notar que no anos pesquisados a maiorias dos delitos, sempre ocorrem na Zona Urbana, com exceção ao ano de 2011, onde ocorreu mais crimes na Zona Rural, explicável já a maioria da população reside na Zona Urbana.

Entre os bairros da Sede da Zona Urbana do Município, o da Várzea Alegre é o mais preocupante pois dos 113 CVLI que ocorreram na sede do município, 31 foram neste bairro, o qual pode-se afirmar que de cada 4 delitos na Zona Urbana, 1 é neste bairro, pois o percentual de delitos registrado nesse

TABELA 09: Número de CVLI por Bairros da Sede do município.

BAIRRO	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
01 Várzea Alegre	0	2	7	11	11	31
02 Centro	2	2	3	7	5	19
03 Fátima	1	0	2	4	1	8
04 Lagoa do Tôco	0	2	1	1	4	8
05 Tabuleiro do Catavento	0	1	0	4	2	7
06 Catumbela	0	0	2	1	3	6
07 Alto do Velame	3	1	1	1	0	6
08 Tabuleiro da Vaquejada	1	0	1	1	2	5
09 Poço Redondo	0	0	0	0	4	4
10 Pitombeira 1	0	0	1	1	1	3
11 Aeroporto	0	0	2	1	0	3
12 Ipiranga	0	0	1	1	0	2
13 Planalto	0	0	0	2	0	2
14 Vila Ramalho	0	0	0	2	0	2
15 Guanabara	0	0	0	1	1	2
16 Pitombeira 2	0	0	0	0	2	2
17 Alto São João	0	0	0	1	0	1
18 Sítio Buía	0	1	0	0	0	1
19 Sítio Neilândia	0	0	0	0	1	1
TOTAL	7	9	21	39	37	113

FONTE: Relatórios do 1º BPM.

local é de 27,43% dos que ocorreram nos bairros da Sede e o mais preocupante é que nos dois últimos anos pesquisados, 2013 e 2014, a média mensal ficou quase fica 1 caso por mês, mais precisamente 0,92 delito por mês, conforme se destaca na TABELA 09.

Já com relação aos Distrito e localidades do Município, observa-se que no período pesquisado o Distrito de Flores foi onde mais ocorreu delitos, 10 casos no total, ressaltando que esse Distrito é bastante grande e já procura se

emancipar politicamente, e as localidades de Jardim de São José e Ingá vem logo em seguida registrando 6 casos cada uma, como se destaca na TABELA 10, ainda mostrar o aumento da violência na zona rural que já foi o mais tranquila em outras épocas.

TABELA 10: Número de CVLI por Distrito ou localidade do Município.

LOCAL		2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
01	Flores	3	0	0	2	5	10
02	Jardim de São José	2	0	1	1	2	6
03	Ingá	0	0	0	5	1	6
04	Sítio Canto	0	2	0	0	2	4
05	Sítio Paraíso	0	0	1	1	2	4
06	São João de Deus	0	1	0	1	1	3
07	Miguel Pereira do Mauro	0	0	1	2	0	3
08	Timbaúba de Nossa Senhora das Dores	0	0	0	1	1	2
09	Timbaúba dos Simplícios	0	0	0	0	2	2
10	Ipepacunha	1	0	0	0	1	2
11	Carpina	0	2	0	0	0	2
12	Miguel Pereira	0	1	0	1	0	2
13	Bento Pereira	0	0	1	1	0	2
14	Ilhota	0	2	0	0	0	2
15	Macambira	0	0	0	0	2	2
16	Córrego da Catita	0	1	0	0	1	2
17	Gracismões	0	1	0	0	0	1
18	Malhadinha	0	1	0	0	0	1
19	Irandé	0	0	1	0	0	1
20	Pau d'arco	0	0	1	0	0	1
21	Boa Vista	0	0	1	0	0	1
22	Lagoinha	0	0	1	0	0	1
23	Lagoa Escura	0	0	0	1	0	1
24	Bonsucesso	0	0	0	1	0	1
25	Lagoa da Nossa Senhora	0	0	0	1	0	1
26	Boqueirão do Cesário	0	0	0	0	1	1
27	Araújo	0	0	0	0	1	1
28	Pedro Ribeiro	0	1	0	0	0	1
29	Santa Terezinha	0	0	0	0	1	1
30	Macapá	0	0	0	0	1	1
31	Melancias	0	0	0	0	1	1
32	Divertido	0	0	0	0	1	1
33	Tabuleiro de Russas	0	0	0	0	1	1
34	São Pedro	0	0	0	0	1	1
35	Barro Vermelho	0	0	0	0	1	1
TOTAL		6	12	8	18	29	73

FONTE: Relatórios do 1º BPM.

Territorialmente é uma área muito extensa e diversificada, apenas 24,9% da população reside na zona rural²¹, considerando ainda o número reduzido de viaturas, tornando-se difícil realizar um policiamento preventivo nesses locais.

3.1.4. Perfil das vítimas dos CVLI.

TABELA 11: Sexo das Vítimas.

ANO	SEXO	
	Masculino	Feminino
2010	13	00
2011	21	00
2012	28	01
2013	56	01
2014	59	06
TOTAL	178	08

FONTE: Relatórios do 1º BPM.

Destaca-se na TABELA 11 o aumento de 100% no casos de CVLI de pessoas do sexo masculino, do ano de 2012 para 2013, comparando entre os sexos das vítimas, as vítimas masculinas são superiores em relação as mortes das pessoas do sexo feminino, porém nota-se nos últimos anos analisados o aumento considerável no número de mortes de mulheres.

Além de tratar de um crime e grave violação de direitos humanos, a violência contra as mulheres segue vitimando milhares de brasileiras diariamente, segundo dados revelados no Balanço dos atendimentos realizados em 2014 pela Central de Atendimento à Mulher, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), 43% das vítimas em situação de violência sofrem agressões diariamente, e 35% semanalmente.

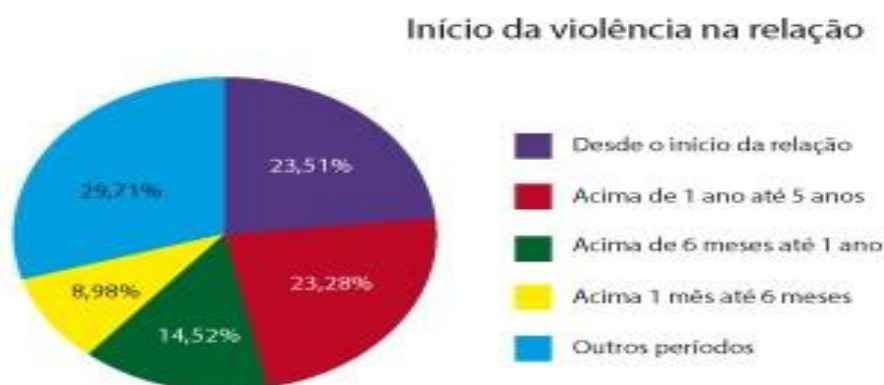
Em 2014, do total de 52.957 denúncias de violência contra a mulher, 27.369 corresponderam a denúncias de violência física (51,68%), 16.846 de violência psicológica (31,81%), 5.126 de violência moral (9,68%), 1.028 de violência patrimonial (1,94%), 1.517 de violência sexual (2,86%), 931 de cárcere privado (1,76%) e 140 envolvendo tráfico (0,26%). Dos atendimentos registrados

²¹ LIMA, Adriana Ribeiro; JÚNIOR, Hilder Alburquerque; SILVA, Lúcia Maria. **Viagem ao Nosso Interior: imagens e culturas de Russas – CE**. Fortaleza: Gráfica e Editora Pouchain Ramos. 1ª Edição, 2014. Pág. 40

em 2014, 80% das vítimas tinham filhos, sendo que 64,35% presenciavam a violência e 18,74% eram vítimas diretas juntamente com as mães.

O gráfico abaixo mostra o momento em que a violência começou dentro do relacionamento, os atendimentos de 2014 revelaram que os episódios de violência acontecem desde o início da relação (23,51%) ou de um até cinco anos (23,28%).

GRÁFICO 03: Início da violência na relação



Fonte: Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180/SPM

Apesar de muitos avanços já terem sido conquistados com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), e com campanhas de conscientização, ainda podemos contabilizar para cada 100 mil mulheres, 4,4 assassinatos em todo Brasil, nos colocando no 7º lugar no ranking de países nesse tipo de crime.

TABELA 12: Naturalidade (Russas e outras) das vítimas.

ANO	NATURALIDADE		TOTAL
	Russas	Outros	
2010	06	07	13
2011	12	05	17*
2012	15	09	24**
2013	31	24	55***
2014	46	18	64****
TOTAL	110	63	173

FONTE: Relatórios do 1º BPM.

NOTA: Em 13 relatórios **não** constavam a naturalidade, 4 em 2011, 5 em 2012, 2 em 2013 e 2 em 2014.

O aumento populacional do município ocorre em parte por pessoas que migram para trabalhar na cidade. Na TABELA 12 os CVLI pesquisados 36% das

vítimas são naturais de outras cidades como: Fortaleza, Limoeiro do Norte, Quixeré, Palhano, Jaguaribara, entre outras.

Na TABELA 13 verifica-se que o número de CVLI ocorre na sua maioria na faixa etária de 18 a 30 anos, pessoas que estão em idade produtiva, gerando um prejuízo significativo na economia da cidade e do país, pois segundo Daniel Cerqueira, diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest-Ipea), “em 2020, o país está com o futuro comprometido, ao passo que, a maioria dos jovens que restarem, de baixa escolaridade e formação cultural precária, será insuficiente para sustentar uma nação de velhos, com baixa capacidade de produção e investimento comprometida, devido ao corte de gerações inteiras”.

TABELA 13: Faixa etária das vítimas.

FASE DA VIDA	FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE VÍTIMAS/ANO					TOTAL
		2010	2011	2012	2013	2014	
Infância	0 á 12 anos	00	01	00	00	00	01
Adolescência	12 á 18 anos	00	03	01	05	06	15
	18 á 24 anos	05	03	11	13	14	46
	24 á 30 anos	04	08	02	17	09	40
Adulto	30 á 36 anos	01	03	03	07	16	30
	36 á 42 anos	03	01	01	12	06	23
	42 á 48 anos	00	01	01	02	05	09
	48 á 54 anos	00	00	00	00	05	05
	54 á 60 anos	00	00	01	00	02	03
Idoso	Mais de 60	00	01	01	00	01	03

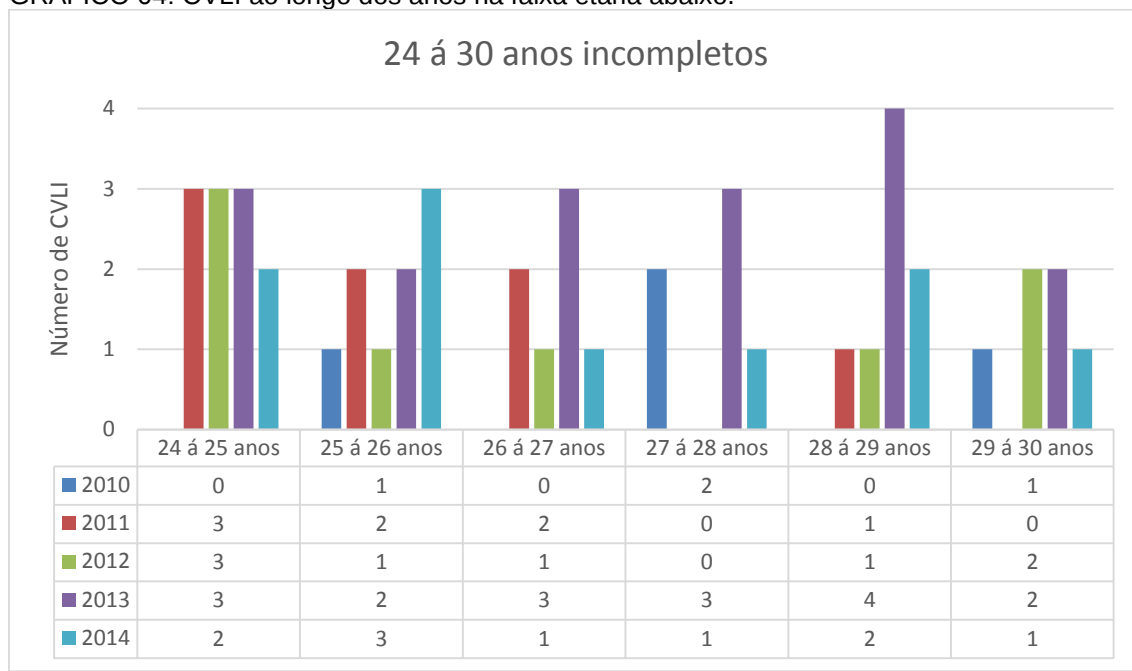
FONTE: Relatórios do 1º BPM.

NOTA: Na coluna faixa etária, a segunda idade é incompleta.

Em 3 relatórios, 1 em 2013 e 2 em 2014, não constavam a idade.

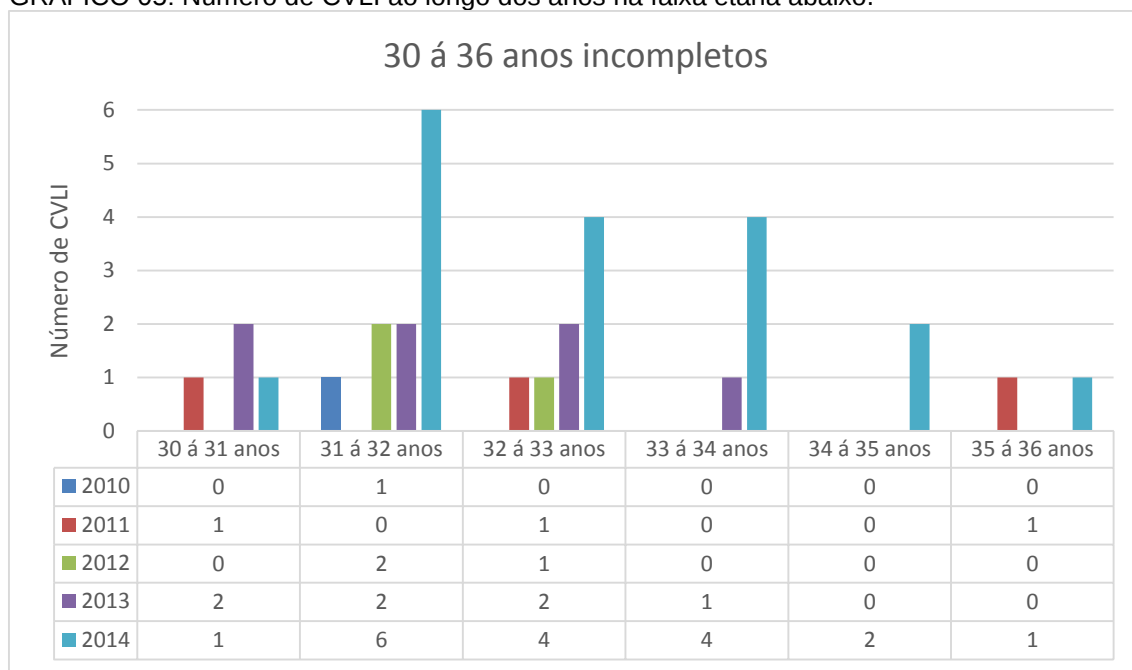
A maioria das vítimas estavam na idade de 24 e 31 anos como mostram os Gráficos 04 e 05. Dado interessante a destacar que sempre houve vítimas nas idades dos 25 anos, no período pesquisado, como mostra o GRÁFICO 04, e ainda um número considerado de vítimas, de 31 a 34 anos incompletos, no ano de 2014, sendo 14 vítimas no total, todas com idade produtivas.

GRÁFICO 04: CVLI ao longo dos anos na faixa etária abaixo.



FONTE: Relatórios do 1º BPM.

GRÁFICO 05: Número de CVLI ao longo dos anos na faixa etária abaixo.



FONTE: Relatórios do 1º BPM.

TABELA 14: Grau de Instrução das Vítimas.

GRAU DE INSTRUÇÃO	TOTAL	PERCENTUAL
Não alfabetizado	11	6%
Alfabetizado	69	39%
1º Grau Incompleto	33	18%
1º Grau Completo	30	16%
2º Grau Incompleto	15	8%
2º Grau Completo	11	6%
Superior Incompleto	2	1%
Superior Completo	0	0%
Não Informado	11	6%

FONTE: SIP – Sistema de Informação Policial.

NOTA: Total de 182 nomes encontrados no SIP.

Na TABELA 14 observa-se que 39% das vítimas são apenas alfabetizada, escrevem com dificuldade ou apenas assinam o nome e leem muito pouco, outro dado interessante que podemos observar na tabela é que 79% das vítimas tem até o 1º Grau Completo apenas, mostrando que a vitimização tem a ver com a escolaridade, haja vista, não haver nenhuma vítima com nível superior completo entre as mesmas.

Cerca de 61% das vítimas, 112, já tinham dado entrada na Delegacia como acusados ou infratores, ou seja, já haviam cometido algum tipo de delitos, falando de forma popular, tinham passagem pela Polícia, como mostra a Tabela 15.

TABELA 15: Vítimas citadas como acusados ou infratores na Delegacia.

SITUAÇÃO	TOTAL	PERCENTUAL
CITADOS COMO ACUSADOS OU INFRATORES	112	61%
NÃO CITADOS COM ACUSADOS OU INFRATORES	70	39%

FONTE: SIP – Sistema de Informação Policial.

NOTA: Total de 182 nomes encontrados no SIP.

Na TABELA 15, a profissão mais destacada é a de Agricultor, o que não é evidenciado na prática, na maioria dos casos, nota-se que essa informação é dada na Delegacia visando um benefício social futuro. Observa-se que boa parte das vítimas citaram ou lhe citam profissões de exigem pouca ou quase nenhuma qualificação.

TABELA 16: Profissão das vítimas informadas na Delegacia.

PROFISSÃO	TOTAL DE VÍTIMAS	PERCENTUAL
Agricultor	52	29%
Estudante	23	13%
Auxiliar de Serviços Gerais, Servente de Pedreiro ou Operário de Cerâmica	33	17%
Não Informado	9	5%
Motorista	6	3%
Comerciante, Pedreiro ou Desocupado	12	7%
Sem Profissão Definida, Ajudante de Mecânico, Carreteiro (Chapa), Funcionário Público, Taxista, Padeiro, Montador, Vendedor, Moto Taxista, Vigilante ou Autônomo.	22	12%
Sapateiro, Empresário, Pintor, Técnico Eletrônico, Mecânico, Lavador de Carro, Gari, Soldado do EB ²² , Atendente, Expedidor, Torneiro Mecânico, Suinocultor, Soldador, Garçom, Bombeiro Hidráulico, Jogador de Futebol, Capoteiro, Auxiliar de Eletricista, Quebrador de Pedra, Manicure, Agente Funerário, Técnico de Enfermagem, Desempregado ou Polidor	25	14%

FONTE: SIP – Sistema de Informação Policial.

NOTAS: Número de vítimas que citaram ou terceiros indicaram uma dessas ocupações.

Total de 182 nomes encontrados no SIP.

3.2. Polícia Civil do Ceará

Segundo a Constituição Federal de 1988, as Polícias Cíveis é um dos órgãos do Estado responsável pela Segurança Pública a qual “incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares”²³.

A origem da Polícia Civil remonta a transmigração da Corte Lusa para o Brasil, no início do Século XIX, com a criação da Intendência Geral de Polícia da Corte, por ato - alvará - do Príncipe Regente D. João, em 10/5/1808.

Em sequência ao processo evolutivo, e com o advento da Lei nº 261 de 03/12/1841, ficou estabelecido que por nomeação do imperador ou dos presidentes de Províncias, Delegados e Subdelegados passariam suas

²² EB – Exército Brasileiro.

²³ § 4º do Art. 144 da Constituição Federal de 1988.

atividades, sob a chancela direta do Chefe de Polícia, cargo esse exercido por um Juiz de Direito.

Em 1890, Com a edição do Decreto nº 1, do Governo Provisório da Republica, o Estado do Ceará foi autorizado a legislar sobre matéria policial. Em 1916 foram criados os cargos de Chefe de Polícia, Delegado Regional e de Delegado Subregional. Já em 1928, foi criada a Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Em 1969, foi publicado o primeiro Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará. Com a Lei nº 12.691/97, a Polícia Civil fica vinculada operacionalmente, à Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania, e passa a integrar a estrutura organizacional da Governadoria. No advento da Lei nº 13.297/2003, sua denominação foi modificada para Superintendência da Polícia Civil, porém com a edição da Lei nº 14.868/2011, o cargo de Superintendente da Polícia Civil do Estado do Ceará, passa a ser denominado de Delegado Geral da Polícia Civil, e o cargo de Delegado Superintendente Adjunto de Delegado Geral Adjunto da Polícia Civil do Estado do Ceará.

Como destaca no Site da Polícia Civil do Ceará²⁴ sua missão é “Promover a apuração das infrações penais, exceto as militares, em defesa da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.”, á qual devem desempenham as seguintes atribuições básicas:

1 - Exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária estadual visando a apuração das infrações penais e de sua autoria, através do inquérito policial e de outros procedimentos de sua competência;

2 - Resguardar a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no País;

3 - Adotar providências cautelares, destinadas a preservar os locais, os vestígios, e as provas das infrações penais;

4 - Requisitar exames periciais, para comprovação da materialidade das infrações penais e de sua autoria;

5 - Exercer a prevenção criminal especializada;

²⁴ www.policiacivil.ce.gov.br (Em 20/11/2015)

6 - Planejar, coordenar, executar, a orientação técnica e o controle das atividades policiais, administrativas e financeiras;

7 - Colaborar com a Justiça Criminal, fornecendo as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos criminais e a promoção das diligências requisitadas pelas autoridades judiciárias e pelos representantes do Ministério Público;

8 - Cumprir mandados de prisão;

9 - Atuar harmonicamente com órgãos congêneres federais e de outras Unidades da Federação, objetivando manter intercâmbio de interesse policial para apuração das infrações penais;

10 - Exercer as atividades procedimentais relativas a menores, nos termos da legislação especial; e

12 - Promover a integração com a comunidade.

A Delegacia Regional de Polícia Civil, ou DRPC de Russas, funciona anexo, no mesmo quarteirão onde se encontra o 1º BPM, sendo responsável ainda por 09 cidades que são: Palhano, Jaguaruana, Quixeré, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Morada Nova e Ibicuitinga.

FIGURA 04: Delegacia Regional de Polícia Civil de Russas.



FONTE: Cedida pela DRPC em 15/11/2015.

O novo prédio da DRPC de Russas foi inaugurado em 26 de março de 2014, construído no mesmo local do antigo, segundo o relato de alguns havia sido inaugurado no ano de 1978.

Os trabalhos realizados pela Polícia Civil foram analisadas na seguinte divisão já fundamentada no seu papel Constitucional.

3.2.1. Polícia Judiciária

Na função de Polícia Judiciária a Polícia Civil é responsável por confeccionar vários documentos: Boletim de Ocorrência – BO, Termo Circunstanciado de Ocorrência – TCO, Boletim de Ocorrência Circunstanciado - BOC, Inquérito Policial – IP, entre outros, que serão utilizados na pesquisa e alguns são arquivados no Cartório da Polícia Civil.

Para mostrar o trabalho realizado pela Polícia Civil foi realizado uma pesquisa pelo SIP – Serviço de Informação Policial, acessível pela internet, mas restrito a alguns profissionais que fazem parte da Secretária de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (Policiais Cíveis e Militares) SSPDS-CE, devidamente credenciados.

O SIP que é usado pelas Polícias Militar e Civil, para verificar a situação de uma pessoa que está sendo averiguada, para saber se no âmbito do Estado do Ceará a mesma já cometeu algum delito, para consultar a situação de um indivíduo abordado é necessário o seu nome completo e o nome completo da sua mãe, para se evitar os casos homônimos²⁵, se o mesmo já tiver comparecido em qualquer Delegacia Estadual, vai aparecer nos campos: **Informações Criminais** e **Informações Adicionais**, as maneiras como se apresentaram ou foram apresentadas na DPC.

Para os fins da pesquisa foram analisados os seguintes campos da FIGURA 05:

²⁵ Pessoas que tem o mesmo nome que a outra, xará.

FIGURA 05: Imagem da informações visualizada no SIP.

← → ↻ 🏠 apps4.sspds.ce.gov.br/consulta/fichaDetalhada.do?numCadSip= [REDACTED]

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
Governo do Estado do Ceará

CONSULTA INTEGRADA

POLÍCIA CIVIL
Governo do Estado do Ceará

Alterar Senha Sair

Informações Pessoais em 25/08/2015 08:50

Voltar Nova Consulta Imprimir

FRANCISCO [REDACTED]

Nº SIP: [REDACTED] Nº AFIS: 0 Último Nº SPIS: 0
Sexo: M Data de Nascimento: 26/06/1988 Nº da Identificação Criminal: 0
Data da Morte: 26/06/2015 (Presumida) 1
Filiação: [REDACTED] Mãe: FRANCISCA [REDACTED] Pai: FRANCISCO [REDACTED] 4
Nacionalidade / Naturalidade: [REDACTED]
País: BRASIL UF: CE Município: RUSSAS
Documentos
RG: [REDACTED] Emissor: SSP UF: CE CPF: [REDACTED]
Informações Adicionais
Estado Civil: SOLTEIRO(A) Grau de Instrução: 1o. GRAU COMPLETO Profissão: SERVENTE DE PEDREIRO
Último Endereço
Tipo: R Logradouro: TV [REDACTED] Compl.: Bairro: VÁRZEA ALEGRE Telefone: [REDACTED]
Município: RUSSAS UF: CE País: BRASIL CEP: 62900000
Ponto de Referência: PROX. A MERCEARIA DO JOÃO DO DOCE
Informações Criminais Ajuda

Mandados Infrator Infrator 2

ATENÇÃO!
Mandado Judicial em ABERTO

Informações Adicionais
Vítima Testemunha
Capitulação Penal
Lei CODIGO PENAL (DEC. LEI 2848) Artigo: 129 Parágrafo: Inciso: Alínea:
Fonte: Sistema de Informações Policiais - SIP/SSPDS 3

© CTIC - Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação - Gerando Soluções

FONTE: Site da Secretária da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (Em 25/08/2015)

NOTA: Adaptação da equipe.

1 – Esse campo informa a **Data da morte (Presumida)** da vítima que coincide sempre com o dia da morte registrada nos Relatórios de Ocorrência da Polícia Militar que foram analisados na pesquisa anterior;

2 - Se nesse campo aparecer destacado as palavras **Infrator** ou **Acusado**, significa que o a pessoa verificada já foi acusada de cometer algum delito, que resultou na TABELA 15;

3 – Sempre que aparece **Data da Morte**, o indivíduo aparece como **Vítima** no campo **Informações Adicionais**, e ao clicar no Link **Vítima** irá aparecer o procedimento em que o citado figura como vítima de **Homicídio Doloso** e aparece o número do **Inquérito Policial**, que é um dado necessário para a última fase da pesquisa; e

4 – O campo **Grau de Instrução** e **Profissão** foi analisado, resultando as TABELAS 14 e 16, e junto com as TABELAS 11, 12, 13 e 15 ajudaram a traçar um perfil mais completo das vítimas desses delitos.

3.2.2. Polícia Investigativa

A parte investigativa da Polícia Civil foi analisada pela consultar ao site: <http://www4.tjce.jus.br/sproc2/paginas/sprocprincipal.htm>, do Tribunal de Justiça do Estado, que é acessível ao público em geral, clicando no link Pela parte e usado o nome da vítima, se acessa uma página igual a ilustrada pela Figura 06.

FIGURA 06: Imagem das informações do Site do Tribunal de Justiça do Ceará.



FONTE: Site do Tribunal de Justiça do Ceará (Em 20/11/2015)

NOTA: Adaptação da equipe.

Houve uma certa dificuldade nessa fase da pesquisa pois os nomes que se consulta, devem ser digitado tal qual está cadastrado no Sistema do Site TJCE, as vezes um acento, uma letra, uma preposição, impossibilita a localização do processo, no caso da pesquisa 28 vítimas não foram localizadas, conforme TABELA 17, no demais, após o acesso a página mostrada da FIGURA 06, observa-se a **tipificação** VITIMA, ao clicar o Link com o número do Processo, abrisse uma página semelhante FIGURA 07, onde se verifica a situação em que o Processo se encontra, confirma-se no **2**, o número do Inquérito Policial para verificar se é o mesmo delito. No destaque **1**, se aparecer **Inquérito Policial** ou **Boletim Circunstanciado de Ocorrência** significa que falta algo para prosseguir o processo, na maioria dos caso, observa-se no destaque **3**, o indiciado (a) está na situação **Á APURAR**, ou seja, o delito ainda não tem sua autoria para que se possa iniciar uma ação penal.

FIGURA 07: Imagem das informações do Site do Tribunal de Justiça do Ceará.

Atenção! Informações atualizadas diariamente nos horários de 12:00 e 21:00.

Consultas Processuais

<% if Session("WG_Referer") = "TOTEM" then %>

Sistema Push

<% end if %>

- Pelo Número do Processo
- Por Vários Números
- Pela Parte
- Pelo Advogado (Nome/OAB)
- Localização do Processo
- Julgamento
- Ata de Distribuição
- Consulta Jurisprudência - Acórdão
- Consulta Jurisprudência - Revista
- Petição de Acompanhamento

As informações desse site não valem como certidão.

Sistema Push

Clique aqui para acompanhar o andamento deste processo via e-mail

Dados Gerais

Número do Processo: [REDACTED] **INQUÉRITO POLICIAL** ← 1

Competência: VARA ÚNICA / 1A. VARA - INTERIOR

Classe: ÚNICA VARA COMPETENTE 1ª VARA - 2V/2VJ

Nº de Volumes: 1

Nº de Anexos: 0

Local de Origem: [REDACTED] **2010** ← 2

Número de Origem: [REDACTED]

Ação de Origem: INQUÉRITO POLICIAL

Justiça Gratuita: NÃO

Documento de Origem: INQUÉRITO

Localização: 1ª VARA DA COMARCA DE RUSSAS Remetido em: [REDACTED] Recebido em: [REDACTED]

Partes

Nome: [REDACTED]

Vítima: [REDACTED]

Indicação: **Á APURAR** ← 3

FONTE: Site do Tribunal de Justiça do Ceará (Em 20/11/2015)

NOTA: Adaptação da equipe.

Os casos pesquisados resultou na TABELA 17 que mostra que dos processos localizados no Sistema do TJ - CE, 88% dos casos estão na situação Á APURAR, ou seja, não se sabe ou não se tem certeza da autoria, serviço que a Polícia investigativa deve elucidar.

TABELA 17: Situação dos Processos dos casos pesquisados.

	Á APURAR	AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI
NÚMERO DE PROCESSOS	134	18
PERCENTUAL	88%	12%

FONTE: Site do Tribunal de Justiça do Ceará

NOTA: Do total das 186 vítimas pesquisados, não foram localizados os nomes, 28 (vinte e oito) vítimas. O número de processos é diferente do número de vítimas, pois no período houveram 4(quatro) duplos homicídios e 1(um) triplo homicídio, ou 11(onze) vítimas nos casos, onde foram gerados apenas 5(cinco) processos.

3.3.Os Órgãos do Poder Judiciário

3.3.1. Ministério Público

Sabe-se que há uma responsabilidade muito grande da polícia em manter a segurança e a ordem pública. Contudo, não é função apenas dela este papel. Os outros órgãos dos poderes coercitivos tem grande impacto como interferência na violência e na segurança dos indivíduos. O Ministério Público é uma instituição fundamental na condução da tarefa de diminuir a incidência da violência na nossa sociedade.

O Ministério Público, apesar de dotado de autonomia administrativa e financeira, possui vínculos institucionais com o Poder Executivo. No Sistema de Justiça Criminal, atua como titular da Ação Penal nos crimes de ação pública incondicionada, ou seja, aqueles cuja apuração independe da vontade dos envolvidos, a exemplo dos crimes que resultam em morte. Apesar de estar mais presente no momento seguinte à conclusão da investigação policial, também pode atuar na fase de investigação, quer acompanhando diretamente, quer se pronunciando sobre alguma medida solicitada pelo responsável pela investigação, quer solicitando alguma diligência.

Os trabalhos do Ministério Público de Russas podem ser analisados no Processo Judicial, conforme a TABELA 17, quando este estão na situação Á APURAR, significa que o Inquérito Policial não tem informações suficientes para promover a Ação Penal, o MP dá seu parecer, o Juiz remete o Inquérito Policial novamente para DRPC para novas diligências, observa-se na movimentação dos Processos Judiciais, a transição constante dos autos entre Poder Judiciário e Delegacia, sempre sem nenhuma novidade.

3.3.2. O Judiciário

Ocorrendo o recebimento da Denúncia por parte do Juiz, tem início a fase processual propriamente dita, que será concluída com sentença transitada em julgado, ou seja, após analisados todos os recursos interpostos. Ocorrendo condenação do autor do crime em pena privativa de liberdade, será ele encaminhado à unidade prisional.

O julgamento dos crimes no Brasil possui ritos processuais distintos que dependerão do tipo do crime; valendo destacar que os princípios e dispositivos

legais que permeiam o Sistema de Justiça Criminal impõem um ritmo moroso ao processo de julgamento e, muitas vezes, a possibilidade de torná-lo moroso é utilizada pela defesa dos autores de crimes com objetivo de livrá-los de uma condenação.

A Comarca de Russas surgiu da necessidade de instituir novas Comarcas no Ceará, por meio da Lei nº 1.415, de 25 de agosto de 1871, nomeada de Comarca de São Bernardo, com sede no município de Russas. Poucos anos mais tarde, esta Comarca se eleva a condição de segunda entrância, a partir do Decreto Imperial nº 4.827, de 22 de novembro de 1871, no qual a Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, nomeou o primeiro Juiz da nova Comarca, o Bel. Francisco de Araújo Lima.

Os casos pesquisados a TABELA 17 mostra que dos processos localizados no Sistema do TJ - CE, 12% dos casos estão na situação AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI, no item **1**, ou seja, dos 18 casos encontrados que correspondem a 10% do número de vítimas, parte dos processos já foram a Júri Popular, outra parte, depois do Júri Popular estão com recurso de apelação, e os demais, estão aguardando a formação do Júri Popular para realização do julgamento.

Vale ressaltar que as pesquisas no site do SIP da SSPDS-CE, bem como as realizadas no site do TJ / CE, foram realizadas no período de 15 de Outubro á 20 de novembro de 2015, e estão sujeitas a alterações diariamente.

4. A nova visão da Segurança Pública para Russas

Nos últimos anos estão sendo produzida muita bibliografia contendo dados estatísticos sobre os índices de criminalidade, dado origem a Análise Criminal, entendida como um conjunto de processos sistemáticos direcionados para o provimento de informações oportuna e pertinente sobre os padrões do crime e suas correlações de tendências, de modo a apoiar as áreas operacionais e administrativas no planejamento e distribuição de recursos para prevenção e supressão de atividades criminais²⁶.

²⁶ PINTO, Andréia Soares; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; DUARTE, Mário Sérgio de Brito; MIRANDA, Ana Paula Mendes de. **A Análise Criminal e o Planejamento Operacional**. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008, pág. 11.

O campo de aplicação da análise criminal pode ser descrito a partir de duas dimensões principais: 1 - Orientar os gestores quanto ao planejamento, execução e redirecionamento das ações do sistema de segurança pública, contribuindo para uma melhor distribuição dos recursos materiais e humanos; e 2 - Dar conhecimento à população e a outros órgãos não governamentais quanto à situação da segurança pública, auxiliando suas participações efetivas na gestão de execução das ações²⁷.

Seguindo essa nova tendência, seriam atitudes que poderiam ser revistas pelos órgãos:

Polícia Militar, desenvolver mais ações preventivas, nos bairros onde acontecem mais delitos (TABELA 09), ou distritos e localidades (TABELA 10), reforçar o policiamento nos dias da semana mais críticos (TABELA 06), dando atenção especial aos períodos e horários em que mais ocorrem os delitos, observando na TABELA 07, com uma atenção especial aos indivíduos e veículos dos *Modus Operandi* mais utilizados nos delitos. Principalmente implantar a filosofia do Policiamento Comunitário, buscando os anseios da população e não somente a prisão de infratores.

Polícia Civil, investir mais intensamente na parte investigativa (TABELA 17), pois observa-se essa problema na instituição, devido ao baixo efetivo na Delegacia de Delegados e Investigadores, frente a demanda muito grande de Inqueritos Policiais a serem presididos por Delegados e investigados pelos Inspetores.

O Ministério Público poderia contribuir mais na parte investigativa que também faz parte de suas atribuições.

O Poder Judiciário poderia facilitar as investigações, autorizando a quebra dos sigilos telefônicos, autorizações para escuta e filmagens que ajudariam a comprovar a autoria de delitos, Mandados de Busca e Apreensão,

²⁷BRASIL. Secretária Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça. **Curso de Análise Criminal**. Rio de Janeiro: Fábrica de cursos. 2008. Pág.5.

que também podem ocasionar a apreensão de armas utilizadas nos delitos, prevenindo assim os CVLI.

O Ministério Público e o Poder Judiciário, juntos poderiam dá celeridades aos processos, onde os mesmos acusados são recorrentes em determinados delitos graves.

Entre todos os órgãos poderia ser criado um fluxo de informações segura para que de uma forma conjunta possam se chegar no objetivo comum, o bem estar da sociedade.

5. CONCLUSÃO

No momento atual do Brasil, a Segurança Pública de forma eficiente e a chave para qualidade de vida em sociedade onde as pessoas possam fazer suas atividades diárias sem restrições, ir ao parques, passear com os filhos, participar de rodas de conversas em praça, nas calçadas de sua residência, enfim, a interatividade do homem em suas relações culturais, sociais, políticas e humanas; esse tempo não acontece mais na Sociedade Russana e no Brasil de modo geral. A violência tem crescido de forma rápida e assustadora, ninguém está imune a ela, e com a mesma, os crimes se tornaram mais frequentes em cada região, muitas famílias veem seus sonhos devastados pela criminalidade e pela impunidade onde os agressores não são alcançados pela justiça. A sociedade está entrando num redemoinho onde todos podem ser vítimas, fazer justiça com as próprias mãos não é o correto, pois vai contra o que estabelece o inciso LV do Art. 5º da CF, que diz em parte, que “aos acusados em geral são assegurado o contraditório e a ampla defesa”, assim fica claro que é necessário buscar novos mecanismos para combater e prevenir os CVLI, visto que os órgãos tem suas competências e são regimentado na Constituição Federal. As informações e a comunicação entre os setores tem que ser ampliadas de fato, uma instituição não pode repassar a sua responsabilidade para a outra e nem se omitir da sua, o grande desafio é fazer essa interligação de informação no combate ao crime e que as mesmas possam trazer benefício para as instituições e sociedade de um modo geral.

Essa é uma grande barreira que precisa ser enfrentada por todos, cada instituição deve exercer o seu papel, a qual foi delegada, a Polícia Militar como Polícia Ostensiva e Preventiva, a Polícia civil, desempenhando seu papel de Polícia Investigativa e polícia judiciária, o Ministério Público sendo autor da Ação Penal e se possível auxiliando nas investigações, e o Poder Judiciário executando as leis corretamente e com uma objetividade social, esses órgãos atuando de forma conjunta com a mesma finalidade, fazem a diferença no combate da criminalidade e são peças importantes para pleno exercício da democracia.

Nessa compreensão é necessário uma construção a curto prazo de um Pacto entre esses órgãos aqui pesquisados: Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, outros não citados no artigo como: Polícia Técnica, Defensoria Pública, Corpo de Bombeiro Militar e a Sociedade Civil Organizada, para a realização de uma Conferência Estadual de Segurança Pública, precedida de conferências regionais.

Nesse parâmetro de Segurança Pública a vida e o bem maior de toda gênese humana. Como HERMES (2014, pág. 17) o Direito de ter uma vida preservada está vinculado à uma obrigação do Estado, porém como lembra o caput do Art.º 144 da CF – A Segurança Pública é dever do Estado, mais direito e responsabilidade de todos, ou seja, embora os órgãos tenham o dever, todos as pessoas tem que exercer sua cidadania, visando o bem estar comum da comunidade. A população pode contribuir ainda para Segurança Pública, estimulando a sociedade a pressionar os nossos gestores executivo a criarem políticas públicas para o fortalecimento da família.

Salienta-se que funcionamento eficiente do órgãos citados no artigo, não sejam suficientes para sanar ou reduzir os CVLI, porem a Análise Criminal, possibilitar o planejamento de ações e estratégias de controle, relatado por PINTO e RIBEIRO (2008, pág. 84), a pesquisa mostrou que no período pesquisado: os horários em que mais ocorrem os delitos, bem como o período do dia, os dias da semana mais violentos, os locais (bairros, distritos e localidades) onde há uma maior incidências dos crimes, as formas de agressão mais comuns e os *modi operandi* que o infratores utilizam para o cometimentos

das infrações, toda essa análise pode servir para que o gestores dos órgãos de Segurança pesquisados possam formular ações e estratégias justificadas, que possam ser compreendidas pela sociedade, no combate aos CVLI.

Na nova concepção de Segurança Pública busca conhecer a realidade social, econômica, urbana, ambiental e políticas das comunidades municipais para que seja possível conceber uma articulação intersetorial de políticas sociais, de XAVIER (2014, pág. 21), com as análises feitas no material coletado traçou-se o perfil das vítimas, sendo a grande maioria com baixa escolaridade, ou seja, que frequentaram pouco a escola, isso fez os mesmos tivessem profissões que exijam pouca qualificação dentro do mercado de trabalho, e a grande maioria delas são do sexo masculino, numa idade produtiva, entre 18 e 42 anos, e já havia tido conflito com a Lei, ou passagem pelo órgãos de Segurança Pública.

Enfim os órgãos de Segurança Pública do Estado, que fazem parte do Poder Executivo e Judiciário, nas esferas federal, estadual e municipal, podem melhorar seus planejamentos e ações, com o advento da Análise Criminal, frente o combate dos efeitos dos CVLI, porém os mesmos dados, poderiam ser utilizados nas Análise Públicas, para junto de outros órgãos do Estado e a participação da Sociedade civil organizada, formular políticas públicas necessárias que podem reduzir verdadeiramente a incidência desses crimes, pois seria um embate contra as causas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. **Aulas de Direito Constitucional para concursos**. São Paulo: Método, 2014.

BRASIL. Secretária Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça. **Curso de Análise Criminal**. Rio de Janeiro: Fábrica de cursos. 2008.

FURTADO, Paulo. **Lei da Arbitragem Comentada**. São Paulo: Saraiva, 1997.

HERMES, Ivênio; DIONISIO, Marcos. **Do Homicídio ao CVLímetro – A plataforma multifonte e a contribuição social nas políticas públicas de segurança**. Natal: Clubes de Autores, 2014.

LIMA, Adriana Ribeiro; JÚNIOR, Hilder Alburquerque; SILVA, Lúcia Maria. **Viagem ao Nosso Interior: imagens e culturas de Russas – CE**. Fortaleza: Gráfica e Editora Pouchain Ramos. 1º Edição, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Direito Penal: Parte Especial**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Direito Penal: Parte Geral**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Processo Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PINTO, Andréia Soares; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; DUARTE, Mário Sérgio de Brito; MIRANDA, Ana Paula Mendes de. **A Análise Criminal e o Planejamento Operacional**. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008.

ROCHA, Limério Moreira da. **Russas: 200 anos de emancipação política**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança no século XXI**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências e Administração / UFSC, 2012.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil**. Desafios e perspectivas. FGV. Rio de Janeiro, 2008.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário: como começar**. Rio de Janeiro: POLICIALERJ, 1994.

XAVIER, Laécio Noronha. **Políticas Públicas de Segurança**. Fortaleza: LCR, 2012.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2013.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2014.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2015.

<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as500cidadesmaisviolentasdobrasilversao2014> (Aceso em 19/11/2015 às 14h05min)

<http://russas.ce.gov.br/> (Aceso em 18/10/2015 às 11h33min)

https://pt.wikipedia.org/wiki/Modus_operandi (Aceso em 01/11/2015 às 09h00min)

www.policiacivil.ce.gov.br (Aceso em 20/11/2015 às 14h00min)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%A2ncia> (Aceso em 18/12/2015 às 09h12min)

<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/> (Aceso em 18/12/2015 às 10h08min)

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3120&catid=28&Itemid=39 (Aceso em 18/12/2015 às 11h33min).

ANEXOS:

Relatórios de Ocorrências Policiais e de Trânsito do 1º BPM, do dia 01 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2014.